

**OFICINA IN(TER)VENÇÕES: DISCUTINDO VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**WORKSHOP IN(TER)VENTIONS: DISCUSSING GENDER VIOLENCE IN YOUTH
AND ADULT EDUCATION**

**TALLER IN(TER)VENCIONES: DISCUTIENDO VIOLENCIAS DE GÉNERO EN
LA EDUCACIÓN PARA JÓVENES Y ADULTOS**

Maíra Suertegaray Rossato (Doutora em Geografia)

Docente do Colégio de Aplicação UFRGS

E-mail: mairasuerte@gmail.com

Katiuci Pavei (Mestre em Educação)

Docente do Colégio de Aplicação UFRGS

E-mail: profsociologia.katiuci@gmail.com

Jocelito Zalla (Doutor em História)

Docente do Colégio de Aplicação UFRGS

E-mail: jocelito.zalla@ufrgs.br

RESUMO

Este relato de experiência tem por objetivo apresentar o desenvolvimento de um currículo integrado de Ciências Humanas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nível Médio, a partir da temática das relações de gênero. Uma equipe de professores da área ofereceu, no segundo semestre de 2018, uma oficina eletiva para estudantes de EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS, chamada “In(ter)venções”. Seu título pretende indicar a metodologia de ensino-aprendizagem adotada: a partir de dados da realidade histórica e social brasileira, submetidos a conceitos de área, tais como “violência de gênero” e “dominação masculina”, promoveram-se discussões coletivas, seguidas da produção de intervenções criativas (invenções) no espaço escolar, a fim de divulgar as descobertas do grupo e promover a discussão na comunidade mais ampla. Os resultados do processo revelam uma tomada de consciência coletiva a respeito de discursos e práticas que engendram discriminação e violência contra mulheres e populações LGBTI.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Estudos de gênero. Currículo.

ABSTRACT

This report of experience presents the development of an integrated curriculum of Human Sciences for secondary school Youth and Adult Education (EJA), based on the theme of gender relations. A team of teachers from the area offered an elective workshop for EJA students from the UFRGS laboratory school in the second half of 2018. The workshop was called "In(ter)ventios" and the title intends to indicate the teaching-learning methodology adopted. Based on data of the Brazilian historical and social reality, which was associated to concepts from the field of study such as "gender violence" and "male domination", collective discussions were promoted. Then, creative interventions (inventions) were carried out in the school space in order to disseminate the findings of the group and promote discussion in the larger

community. Results reveal a collective awareness of discourses and practices that engender discrimination and violence against women and LGBTI populations.

Keywords: Youth and Adult Education. Gender studies. Curriculum.

RESUMEN

Este relato de experiencia tiene como objetivo presentar el desarrollo de un currículo integrado de Ciencias Humanas para la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) a nivel de Enseñanza Secundaria, a partir de la temática de las relaciones de género. Un equipo de profesores del área ofreció, en el segundo semestre de 2018, un taller electivo para estudiantes de EJA del Colegio de Aplicación de la UFRGS, llamada "In (ter) venciones". Su título pretende indicar la metodología de enseñanza-aprendizaje adoptada: a partir de datos de la realidad histórica y social brasileña, sometidos a conceptos del área, tales como "violencia de género" y "dominación masculina", se promovieron discusiones colectivas y la producción de intervenciones creativas (invenciones) en el espacio escolar, a fin de divulgar los descubrimientos del grupo y promover la discusión en la comunidad más amplia. Los resultados del proceso revelan una toma de conciencia colectiva sobre discursos y prácticas que engendra discriminación y violencia contra mujeres y poblaciones LGBTI.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Estudios de género. Currículo escolar.

A experiência de ensino aqui relatada refere-se a uma oficina oferecida a uma turma multisseriada de Ensino Médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS), durante o segundo semestre de 2018.¹ Os Colégios de Aplicação (CAps) constituem-se em referencial dentro da comunidade acadêmica no que diz respeito à implementação e ao desenvolvimento de técnicas pedagógicas inovadoras. A preocupação em inovar para melhorar caracteriza a instituição que, como parte da Universidade, tem o compromisso de dinamizar, atualizar, construir, produzir conhecimento sobre Ensino Fundamental e Médio. Os projetos de pesquisa e de extensão, bem como as inúmeras modalidades de ensino desenvolvidas (oficinas, iniciação científica, laboratórios de ensino, enriquecimento curricular, assessorias etc.) fazem do CAp/UFRGS um importante laboratório de desenvolvimento de metodologias para a prática em sala de aula.

Em nosso Projeto EJA, as oficinas são atividades pedagógicas eletivas com duração limitada (um semestre), desenvolvidas por professores a partir de observações realizadas em sala de aula. As propostas decorrentes dessas observações levam em consideração as características das turmas e as aprendizagens específicas de que necessitam. A metodologia

¹ Além dos autores, a atividade contou com a participação da professora Rubia Liz Vogt de Oliveira e dos seguintes monitores acadêmicos: Anderson Dallavale Borzatto, Ignácio Angues, Arthur Manara e Natally Fleck.

consiste em: grupos menores, compostos por alunos e alunas das três turmas do Ensino Médio, atividades práticas, experimentações, participação em processos de criação etc. A partir de uma breve exposição dos professores oficinairos, os(as) alunos(as) elegem as opções de seu interesse. As oficinas permitem ao estudante definir temas de estudo, interferindo na construção do seu trajeto curricular.

Consta na LDB que a finalidade da educação é desenvolver no educando o seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). Portanto, faz parte desse papel construir com os/as estudantes saberes a partir de um conhecimento científico sobre a realidade do seu país. Hoje entendemos que falar sobre democracia também implica falar de direitos humanos, desigualdades sociais e questões de gênero, raça/cor/etnia. Por isso, acreditamos que ocupar o espaço escolar com essas discussões é fundamental para a busca de uma prática real de cidadania, visando ao respeito às diferenças e almejando a igualdade de direitos essenciais.

A oficina foi organizada em duas etapas: a primeira abordou violências de gênero; a segunda, preconceito de raça/cor/etnia. Em cada uma, foram apresentados dados e casos para discussão em grupo, que subsidiaram intervenções coletivas no espaço escolar. Neste relato de experiência, abordaremos a primeira etapa. Os objetivos da primeira fase desta proposta pedagógica eram: desnaturalizar as concepções de senso comum sobre gênero; compreender identidade de gênero como uma construção social/cultural/histórica feita sobre diferenças sexuais/biológicas; discutir as relações de poder imbricadas nas práticas sociais que marcam as relações (desiguais) de gênero; problematizar as representações sociais estereotipadas na mídia e artefatos culturais; tipificar as violências que vitimizam mulheres cis,² homens gays, mulheres lésbicas, mulheres e homens bissexuais, mulheres e homens transexuais, mulheres e homens transgêneros, mulheres assexuadas e homens assexuados, bem como suas origens e discursos justificadores e, por fim, debater sobre caminhos de resistência, em níveis macro (políticas públicas, movimentos sociais) e micro (práticas cotidianas). Para tanto, foi planejada e desenvolvida uma oficina *para e com* as alunas e os alunos, envolvendo a elaboração de materiais pedagógicos e intervenções no espaço escolar.

A escolha dessas atividades é justificada tendo em vista que entre os inúmeros assuntos que trabalhamos na EJA do CAp, percebemos que alguns inquietam mais o grupo de estudantes. São temas, por assim dizer, polêmicos e que nos desafiam como docentes, pois nos tiram de uma zona de conforto ou de conformismo, desacomoda, provoca o olhar para si e para a relação

² Quando a identidade de gênero feminina, coincide com o sexo biológico feminino.

que se estabelece com as outras pessoas. Nesse caso, destacamos a temática de gênero, no que tange às relações, preconceitos, desigualdades e violências.

A escolha deste tema surgiu a partir das narrativas das alunas sobre as situações de violência que já vivenciaram ou que vitimizaram conhecidas suas, sendo que os alunos também apresentaram casos envolvendo suas parentes, amigas, vizinhas e colegas. Os dados confirmam tal contexto, pois gera apreensão a constatação do aumento de 91% de casos de homicídio feminino registrados no Rio Grande do Sul (RS) na década de 2006-2016, conforme o *Atlas da Violência 2018* (CERQUEIRA; LIMA; BUENO; NEME; et.al., 2018). O alerta grave permanece atual nas 120 tentativas de feminicídio e 41 casos de feminicídio consumado, registrados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS) no período de janeiro a junho de 2017; somados aos 892 casos de estupros (lembrando a subnotificação desse tipo criminal), 18.830 ameaças e 11.082 tipos de lesão corporal sofridas por mulheres (MENDES, 2018).

Dados do Disque 100, ao longo do ano de 2017, também indicam que a maior parte das denúncias de crimes contra comunidade LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros) refere-se a casos de violência psicológica, tais como ameaça e humilhação, seguidos por crimes de discriminação por gênero e orientação sexual, além de violência física como homicídio, lesão corporal, entre outros (SANCHES; CONTARATO; AZEVEDO, 2018).

Percebemos o quão é crônico o problema social da violência de gênero no Brasil³, já que o país está desde 2013 em 5º lugar no ranking no *Mapa da Violência 2015* (WAISELFISZ, 2015). A taxa de feminicídio brasileira é uma das mais altas do mundo, registrando, em 2017, 946 casos comprovados, conforme o *Monitor da Violência* (VELASCO; CAESAR; REIS, 2018). Com relação aos homicídios motivados por fobias relacionadas à orientação sexual, a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB)⁴ indicou que, em 2017, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT foi morta no Brasil.

Cabe salientar que a presente proposta ocorre dentro de um contexto maior em que estamos vivendo, no qual é possível perceber uma onda brasileira de conservadorismo,

³ Percebemos que a inexistência de um sistema integrado compilador de dados acaba prejudicando o olhar sobre o todo acerca de violência no Brasil, pois são fontes diversas com metodologias diferenciadas. Além disso, os dados estatísticos acessados são apenas uma parte da realidade, pois muitas vítimas de diferentes idades sofrem violências de gênero cotidianamente e não fazem registros ou denúncias, devido a uma série de motivos como medo, dependência, descrença na instituição policial e judicial, e até mesmo por não saberem que estão sendo violentadas em razão do processo educativo e de socialização recebido, que a conduziram a pensar na naturalização desses atos.

⁴ Para conhecer o trabalho da ONG Grupo Gay da Bahia, que é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, acesse o endereço do GGB, disponível em: <http://www.ggb.org.br>.

exemplificada em projetos de lei que propõem a retirada de discussões sobre gênero de currículos escolares. Reafirmamos, desse modo, o nosso espaço de resistência a esse movimento de silenciamento. Acreditamos que a escola é um espaço para romper com a invisibilidade dos processos violentos, para, assim, potencializar a compreensão e a admissão: nas vítimas, de estarem submetidas a diversas formas de violência; bem como nos agressores, de estarem ocasionando diversos modos e práticas violentas (EGGERT, 2009). Além disso, propomos colocar em discussão atitudes e posicionamentos cristalizados e naturalizados por um histórico de sociabilidade de um país patriarcal, sexista e violento.

Com essa experiência, almejamos desenvolver práticas pedagógicas e materiais de apoio que situe a EJA como espaço de resistência e de educação com a abordagem antidiscriminatória e antirracista, possibilitando a inclusão, a visibilidade e a discussão permanente sobre questões de gênero e raça/cor/etnia, articuladas com o debate sobre desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira (CATELLI; HADDAD; RIBEIRO, 2014).

Mobilizamos os conceitos de gênero (LOURO, 1997, 2000, 2003,2010), dominação masculina (BOURDIEU, 2003), violência (BRASIL, 2005) e violências de gênero (EGGERT, 2009; FELIPE, 2012; KOHAN, 2018), no referencial teórico do planejamento. Partimos da epistemologia que considera gênero uma construção sociocultural e linguística, constituído a partir das relações e práticas sociais em que está inserido, sendo produto e efeito de relações de poder (LOURO, 2010). Acompanhamos o pensamento de Bourdieu, o qual conceitua a relação social entre o feminino e o masculino como sendo do tipo de submissão paradoxal, que estabelece a *dominação masculina*, essa como um tipo de violência simbólica, que é, de certa forma, invisível e irreconhecível às suas próprias vítimas (BOURDIEU, 2003).

Já quanto à violência, podemos caracterizá-la como o uso de força física, ameaças, xingamentos ou coação contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal-estar ou privação. Tais práticas acontecem no ambiente doméstico, intrafamiliar, isto é, de casa ou unidade doméstica, e geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima; em espaço público como no trabalho, nas instituições de ensino, na rua, nos meios de transporte ou ainda, por meio difuso, como nas mídias e meios de comunicação (BRASIL, 2005).

No caso de violências de gênero, podemos dividi-las em visíveis e invisíveis, isto é, formas mais subjetivas e simbólicas de violência. As visíveis e também explícitas são: ameaças, agressões, insultos, gritos, estupro e sua consequência extrema seria o assassinato. Já a violência invisível, pode ser de forma explícita como humilhar, ignorar, depreciar, culpabilizar, desvalorizar e fazer chantagem emocional; além de sua forma mais sutil e cotidiana (por isso

ainda mais naturalizada), como o machismo expresso na linguagem, nas piadas, nos provérbios populares, no humor, na publicidade, nas músicas, na mídia e na *invisibilização* (KOHAN, 2018; NÃOMEKAHLO, 2018). Como nos dizeres de EGGERT (2009, p.22), inviabilizar “é uma ação, um ato contínuo, uma aprendizagem”, apesar de não ser um verbete encontrado no dicionário.

No que toca às possíveis origens e manutenção dessas formas de violência, podemos refletir que, na sociedade em que vivemos, há uma normalização e normatização centrada na figura de um tipo de sujeito: homem, branco, ocidental, heterossexual, classe média (LOURO, 2003). Em outras palavras, há um padrão e uma representação de ser e viver que permeia toda a nossa vida, calcados no patriarcalismo. Todas as pessoas que, de alguma maneira, “desviam” a essa norma ou a comportamentos esperados tendem a sofrer mais violência, por serem consideradas inferiores, perigosas, pervertidas, doentes. Nesse sentido, mulheres cis, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, pessoas trans ou, ainda, assexuadas são, historicamente, “desviantes” desse padrão pré-estabelecido.

Essa prática pedagógica aqui relatada iniciou-se com planejamento de forma integrada, envolvendo três professoras e um professor das áreas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, além de monitores acadêmicos. Em encontro reunindo as três turmas do ensino médio e demais docentes da EJA, foram apresentadas todas as propostas de oficinas do semestre. Após escolha, os/as estudantes fizeram as suas inscrições. A nossa oficina contou com dezenove participantes, sendo sete mulheres e doze homens. Os encontros semanais de 1h30min ocorrem nas noites de terças-feiras.

Após a configuração do grupo, a atividade desenvolveu-se da seguinte maneira: encontros de discussão conceitual, análise de dados e reconhecimento/levantamento de casos, seguidos de preparação e realização de intervenções, finalizando a fase com o *feedback* das intervenções e relatos da experiência. Vale destacar que todas as imagens utilizadas neste relato foram autorizadas pelos estudantes que nelas aparecem ou que as produziram, bem como fotografias apresentadas neste texto e em eventos. Da mesma forma, o uso dos relatos e textos produzidos pelas alunas e pelos alunos foi autorizado por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido.

Na primeira fase da oficina, o ponto de partida foi uma discussão dos estudantes junto ao G-8_Generalizando, do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU)⁵ sobre tipos de

⁵Saiba mais sobre o G8 – Generalizando: Direitos Sexuais e de Gênero, visitando a página do grupo disponível em: <http://www.ufrgs.br/saju/grupos/g8-generalizando>.

violências contra mulheres, o ciclo da violência, redes de apoio e de acolhida. Num segundo momento, foram apresentados dados numéricos de violência contra mulheres em diferentes escalas espaciais (Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre) e estudos de casos de mulheres que foram vítimas de feminicídio. Com base nesta discussão, elaborou-se a intervenção "Meta a sua colher, SIM, e ajude uma mulher!" A proposta buscou colocar em discussão atitudes e posicionamentos historicamente naturalizados em um país patriarcal, sexista e violento.

Na forma de mini exposição, construída por alunos(as) e docentes, buscou-se chamar a atenção para situações de agressão física, verbal e sexual causadas pelo machismo e preconceito de gênero, infelizmente ainda tão comuns no cotidiano brasileiro. O título apoiou-se na crítica ao ditado popular ainda bastante valorizado "em briga de marido e mulher não se mete a colher". Ao contrário do que diz o ditado, quando há violência contra a mulher é preciso "meter a colher". Ao final do percurso, foram disponibilizadas colheres de plástico com o número de telefone indicado para denúncias de violência contra a mulher.

A miniexposição foi elaborada com cartazes que simulam silhuetas em tamanho real (Fotografia 1), representando cenas de violência. Tais cenas e silhuetas foram criadas coletivamente e preenchidas com dados selecionados pelos estudantes, tomando como base as discussões das aulas anteriores (Fotografia 2). Junto aos cartazes foram disponibilizadas colheres com o número do disque denúncia para quem quisesse pegar a sua colher para denunciar esses casos (Fotografia 3).

Fotografia 1 - Miniexposição "Meta sua colher!"



Fonte: Autores (2018)

Fotografia 2 - Estudantes confeccionando silhuetas da minexposição



Fonte: Autores (2018)

Fotografia 3 - Colheres com o número do disque-denúncia



Fonte: Autores (2018)

A recepção dos(as) demais colegas da EJA na sessão de abertura, nas qual os(as)icineiros(as) contaram como foi o processo de elaboração e apresentaram os murais, foi gratificante, pois foram alcançados os objetivos de “suspensão”, observação e de reflexão sobre a questão, tanto nos(as) estudantes expositores(as) quanto nos(as)demais visitantes da exposição. Destacamos as seguintes expressões dos(as) alunos(as), registradas durante a visitação: “Chocante!” (Aluno, 55 anos); “É para se dá conta de uma dura realidade.” (Aluna, 37 anos); “Isso não aparece na mídia tanto quanto deveria.” (Aluna, 24 anos); “É bom poder falar sobre isso na escola.” (Aluna, 27 anos).

Em outro momento da oficina, foi realizado o debate sobre verbetes e expressões utilizadas pelo movimento feminista (FERRERO, 2017), como, por exemplo, *cultura do estupro*,⁶ *empoderamento*,⁷ *mansplaining*,⁸ *violência doméstica versus violência machista*,⁹ entre outros, e a fixação destas palavras e seus significados em cartazes no colégio.

Nas aulas posteriores, foram feitas discussões sobre diferenciação entre as categorias e noções de gênero, sexo e sexualidade, bem como a compreensão da normatividade imposta (masculina, heterossexual, branca, rica) e da normalidade excludente, que fundamenta a sociedade ocidental, “normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero” (LOURO, 1997, p.80). Além disso, foram apresentados dados de violência contra comunidade LGBTs no Brasil. Com o intuito de humanizar as estatísticas, bem como desocultar e retirar do lugar de negação e inexistência as pessoas vitimizadas, foram conhecidos casos de gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.

Na sequência, os(as) alunos(as) foram solicitados(as) a trazer frases que evidenciassem violência de gênero invisível e sutil, como em piadas, verbetes e provérbios, no intuito de fazer cartazes virtuais e físicos, que desmistificassem tais frases, a nova in(ter)venção. A estratégia adotada foi a utilização da “caneta desmanipuladora”, como na conhecida página do Facebook,¹⁰ em que as frases escolhidas são ressignificadas (Fotografia 4). Aqui trazemos os alguns exemplos desenvolvidos pela turma: “Mulher minha não sai com essa roupa!”, que ficou assim “Mulher minha sai com essa roupa à vontade, pois ela se governa!” (Aluno, 52 anos); “Ter filho gay é falta de porrada.”, transformada em “Ter filho gay é ter filho.” (Aluna, 21 anos); “Você é um homem ou um rato?”, reelaborada para “Você é um homem e pode ter medo, voltar atrás e chorar.” (Aluno, 50 anos); “Você é lésbica porque não achou o homem certo.”, modificada para “Você é lésbica, e daí?! Te respeito independentemente.” (Aluno, 20 anos).

⁶ “Esse conceito se refere a uma sociedade que permite e tolera agressões sexuais, se culpa a vítima, se banaliza o estupro ou se considera que não se trata de estupro quando o autor é o companheiro da vítima” (FERRERO, 2017).

⁷ “Costuma ser usado em referência à tomada de consciência do poder que as mulheres ostentam individual e coletivamente e que tem a ver com o resgate da própria dignidade como pessoa” (FERRERO, 2017).

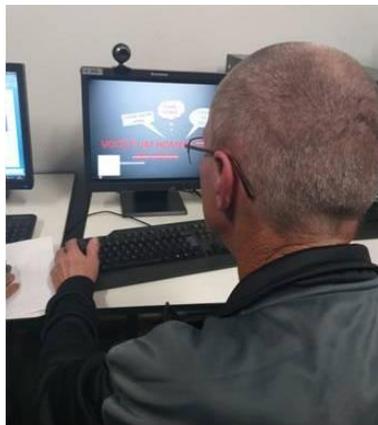
⁸ Junção de *man* e *explaining*, quando o homem dá explicações óbvias para mulheres como se elas não fossem capazes de compreender os assuntos tratados. “A verdadeira intenção do *mainsplaining* é desmerecer o conhecimento de uma mulher. (...) É tratá-la como inferior e menos capaz intelectualmente” (LIGUORI, 2015).

⁹ O termo violência doméstica engloba, também, a violência praticada contra crianças. “Violência machista” restringe o sentido para violência sexista, ou seja, violência dos homens contra mulheres (FERRERRO, 2017).

¹⁰ Página da caneta desmanipuladora disponível em: <https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora/>.

Esses cartazes foram postados nas redes sociais dos(as) estudantes, professores(as) e do próprio colégio¹¹, além de compor um painel no saguão da instituição (Fotografia 5).

Fotografia 4 - Estudante produzindo intervenção em frase



Fonte: Autores (2018)

Fotografia 5 - Mostra com as frases impressas retificadas pelo grupo



Fonte: Autores (2018)

Consideramos importante discutir a linguagem, pois seguimos o entendimento de Louro, quando aponta que “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças” (LOURO, 1997, p.65). Necessitamos, portanto, de vigilância na percepção do sexismo, do racismo e do etnocentrismo que a nossa linguagem, cotidianamente e frequentemente, carrega e institui (LOURO, 1997).

¹¹ O site do nosso Colégio de Aplicação está disponível no seguinte endereço: <https://www.ufrgs.br/colégiodeaplicacao/>.

Para a divulgação dos trabalhos e como forma de intervir num contexto mais amplo do que o escolar, disseminando as descobertas e construções do grupo, foi criada uma página na rede social Facebook e um blog.¹² Esses espaços têm se mostrado uma oportunidade de interação entre o alunado, que comenta e compartilha os posts da página e acessam o blog, e do alunado com a comunidade mais ampla. Além disso, os materiais produzidos nas intervenções físicas foram fixados nos campis da Universidade (Fotografias 6 e 7).

Fotografia 6 - Miniexposição “Meta a sua colher” nos corredores do Campus do Vale



Fonte: Autores (2018)

Fotografia 7 - Miniexposição nos corredores do Campus Centro, Anexo da Reitoria



Fonte: Autores (2018)

Após a aplicação de instrumentos de (auto)avaliação, como rodadas de discussão e registros escritos, os(as) estudantes se manifestaram de forma bastante positiva com relação à proposta. Destacaram a importância de se fazer este debate e de produzir algo concreto, visível para outras pessoas. Mostraram-se participativos e compartilharam oralmente experiências pessoais. Quanto aos *feedbacks* sobre o processo desenvolvido nas conversas com a turma, destacamos algumas colocações dos(as) alunos(as): “Eu era machista, pois não via que ela estava cansada. Participar da oficina está me fazendo pensar mais”. (Aluno, 50 anos, ao relatar

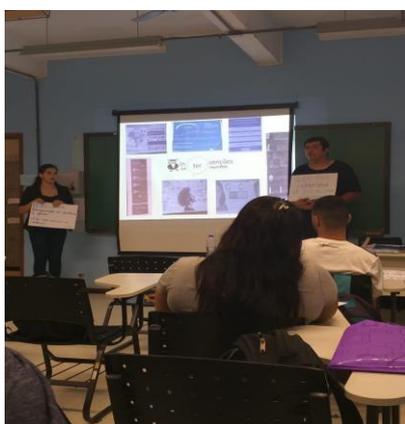
¹² Tal página pode ser acessada pelo endereço: <https://www.facebook.com/intervencoesjacapufrgs/>. Já o blog está disponível no endereço: <http://intervencoes2018.blogspot.com/>.

o período em que a esposa trabalhava nos afazeres domésticos, nos cuidados com os filhos e fora de casa); “A gente se põe no lugar.” (Aluno, 23 anos); “Está sendo muito bom pra mim enquanto mulher e mãe”. (Aluna, 50 anos). Observamos que, ao narrarem suas vivências, eles e elas conseguem analisar a situação sob outro ponto de vista, de forma mais crítica.

Percebe-se, inclusive, certo resgate da autoestima de estudantes autores/as, que veem na divulgação de seu trabalho o reconhecimento de seus esforços e da superação dos desafios que geralmente se apresentam a jovens e adultos que retomam seus estudos fora da idade considerada ideal.

Como atividade de encerramento das oficinas, foi organizada uma mostra com os resultados dos trabalhos desenvolvidos no semestre. A ideia da mostra era de que os estudantes, em conjunto com seus professores, apresentassem o trabalho das oficinas e interagissem com seus pares. Dessa forma, os alunos da oficina propuseram uma intervenção inspirada na música *Quem planta preconceito* da banda Natiruts que diz "Quem planta preconceito, racismo, indiferença, não pode reclamar da violência". Os estudantes criaram cartazes tomando esta frase como mote e tiraram fotografias exibindo-os. Durante a mostra, os anfitriões recebiam seus colegas, apresentando a proposta da oficina e os temas discutidos e convidavam seus colegas a também criarem os cartazes para expor numa grande intervenção coletiva. Para subsidiar os colegas, os estudantes circulavam pela sala, apresentando dados a respeito de violência de gênero e étnico-raciais (Fotografia 8). As fotografias tiradas foram expostas na página da oficina In(ter)venções no Facebook, no blog e em um painel no colégio (Fotografias 9 e 10).

Fotografia 8 - Estudantes da oficina na mostra de fim de semestre



Fonte: Autores (2018)

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 1 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CATELLI, Roberto Jr; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados**. São Paulo: Ação Educativa, 2014.

CERQUEIRA, Daniel (coord.); LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; COELHO, Danilo; ALVES, Paloma Palmieri; PINHEIRO, Marina; ASTOLFI, Roberta; MARQUES, David; REIS, Milena; MERIAN, Filipe. **Atlas da Violência 2018**. São Paulo: Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 8 maio 2018.

EGGERT, Edla. **Narrar processos: tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

FERRERO, Clara. O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017. **El País**. 12 jul. 2017. (Cultura). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html. Acesso em: 8 maio 2018.

FELIPE, Jane. Violências contra as mulheres. *In*: Constantina Xavier Filha (org.) **Sexualidades, Gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Ed. UFSM, 2012. p. 217-226.

NATIRUTS. **Quem planta preconceito**. Brasília: Raizama Records: 2005.

KOHAN, Marisa. Acabar com ladiscriminación, la forma más eficaz de atajar la violencia de género. **Diário Público**, 2018. Disponível em: <http://especiales.publico.es/es/25n-las-discriminaciones-ocultas/acabar-con-la-discriminacion>. Acesso em: 8 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Portugal: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MENDES, Leticia. Infográfico: crescem registros de violência doméstica contra as mulheres no RS. **Gaúcha ZH_segurança**. 18 maio 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/05/infografico-crescem-registros-de-violencia-domestica-contra-as-mulheres-no-rs-cjhcfxnhg09me01qols95brgk.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

NÃO ME KAHLO. **Violência de Gênero**. Disponível em: <http://www.naomekahlo.com/>. Acesso em: 8 maio 2018.

SANCHES, Danielle; CONTARATO, Andressa; AZEVEDO, Ana Luísa. **Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP. 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-28-anos-de-combate-ao-preconceito/>. Acesso em: 8 maio 2018.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. **Monitor da violência**. (Núcleo de Estudos da violência da USP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública). 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso em: 8 maio 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso em: 10 mar. 2018.